

EIXO TEMÁTICO 3 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

REFLEXÕES SOBRE A CRISE ECONÔMICA E NEOLIBERALISMO: raízes no processo de formação da sociedade brasileira

REFLECTIONS ON THE ECONOMIC CRISIS AND NEOLIBERALISM: roots in the process of
formation of Brazilian society

Marcia Beatriz Rodrigues Gonzaga da Silva¹
Andressa Maria Diogo da Silva²
Jéssica Batista Maciel³
Vitória Régia Mesquita Café⁴

RESUMO

O artigo é fruto das discussões e leituras realizadas na disciplina de “Estado e Sociedade Brasileira” do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE). Nesse sentido, os estudos realizados discorrem sobre a Formação sócio-histórica e o desenvolvimento capitalista, bem como, a crise estrutural e a implementação do neoliberalismo no Brasil pelos diferentes governos. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, com aporte bibliográfico e documental. Os resultados encontrados demonstram que as raízes da formação sócio-histórica estão presentes na contemporaneidade, alicerçadas nas ações dos governantes do país.

Palavras-chave: Formação Sócio-histórica brasileira; Crise econômica; Neoliberalismo.

¹ Mestranda no Programa de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social/MASS da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista CAPES. Email: marcia.beatriz@aluno.uece.br.

² Mestranda no Programa de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social/MASS da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista FUNCAP. Email: andressa.diogo@aluno.uece.br.

³ Mestranda no Programa de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social/MASS da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista CAPES. Email: jessica.batista@aluno.uece.br.

⁴ Mestranda no Programa de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social/MASS da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista CAPES. Email: vitoria.cafe@aluno.uece.br.

ABSTRACT

This article is the result of discussions and readings carried out in the discipline of “Brazilian State and Society” of the Academic Master’s Degree in Social Work, Labor and Social Issues of the State University of Ceará (MASS/UECE). In this sense, the studies carried out discuss the socio-historical formation and capitalist development, as well the structural crisis and the implementation of neoliberalism in Brazil by the different governments. To this end, a qualitative research was developed, with bibliographic and documental support. The results show that the roots of the socio-historical formation are present in contemporaneity, based on the actions of the country’s rulers.

Keywords: Brazilian Socio-Historical formation; economic crisis; neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

Para compreendermos o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil e as suas formas contemporâneas é necessário fazer uma análise, mesmo que breve, do processo de formação da sociedade brasileira. O capitalismo contemporâneo tem suas raízes fincadas no passado, marcando a sociedade em diversos setores, sejam nas questões econômicas, políticas, sociais ou culturais.

A formação sócio-histórica brasileira vem sendo estudada por intelectuais de várias áreas de formação, adotando diferentes aspectos históricos e sociológicos. Para esse estudo, utilizaremos como referência a obra “A revolução burguesa” do intelectual Florestan Fernandes, buscando compreender brevemente como se deu a formação da sociedade brasileira, os processos históricos e sociais que culminaram na dissolução do regime escravocrata e na formulação de uma sociedade de classes, a partir do fenômeno da revolução.

De acordo com Fernandes (2006), a burguesia no Brasil emerge como uma entidade especializada seja como agente artesanal ou negociante, que se expandiu e valorizou-se socialmente no “alto comércio” após a independência do Brasil, com a quebra do Estatuto Colonial que era baseado no escravismo e na lavoura exportadora.

A expansão da burguesia no Brasil também estava relacionada ao crescimento do comércio, à formação de um Estado Nacional e ao desenvolvimento urbano. Conforme Fernandes (2006, p.35), a burguesia era vista por meio de “distinções e de avaliações

estamentais”, ou seja, por mais rico que fosse um burguês ele não teria o prestígio de um homem pobre de família tradicional. A união das classes se deu pela necessidade de “polarização de utopias”, na busca pela expansão interior da economia, com isso, eclodiu o “espírito revolucionário”.

O autor levanta um questionamento feito por muitos intelectuais, existiu ou não uma revolução burguesa no Brasil? Conforme Fernandes (2006, p.37), reconhecer que ela existiu significa “determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura”, com isso, ele qualificou a revolução burguesa como “um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico social” (p.37-38).

Desta forma, a Independência foi um fator determinante no desenvolvimento do Brasil, ela trouxe autonomia política com a organização interna do país, diferente dos modos coloniais onde o poder era de fora para dentro, e as elites brasileiras eram subordinadas à coroa portuguesa. O rompimento com o Estatuto Colonial, sem grandes enfrentamentos, caracterizou esse momento histórico como “revolução encapuzada”, onde as elites buscavam o domínio das questões econômicas, políticas e sociais, não necessariamente romper com a estrutura colonial, a Independência teve características revolucionárias e ao mesmo tempo conservadoras (Fernandes, 2006).

A classe burguesa que ascendeu socialmente com a queda do Estatuto Colonial e ascensão do Estado Novo, nas palavras de Fernandes (2006, p.45), “tendeu a secularizar suas ideias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais [...] propensas a aceitar formas de organização [...] das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram malvistas e proscritas no passado”. Desta forma, as experiências vivenciadas no desenvolvimento da sociedade brasileira, nos mais variados setores, seja político, econômico, social e cultural, evoluíram com os traços dessa herança.

As transformações sociais que vemos na contemporaneidade, têm raízes nesse passado, onde a classe “burguesa” buscava romper com as rédeas que impedia a ampliação do seu poder, mas que não pretendia transpor com a forma estrutural de dominação. As implicações sociais que as decisões governamentais carregavam, não interessavam se com isso, mantivessem o poder nas mãos da classe dominante, nesse caso, a burguesia.

Na breve análise dos estudos de Florestan Fernandes, nos limitamos à compreensão da “revolução burguesa” como processo histórico intrínseco à formação da sociedade brasileira que traz implicações para os dias atuais. Buscando com isso, compreender as questões contemporâneas e os traços marcantes desse passado que é tão presente, no processo de desenvolvimento capitalista, nas crises estruturais enfrentadas pelo modo de produção, nos projetos de cunho social, político e econômico, implementados pelos diferentes governos brasileiro.

Esse trabalho é fruto dos debates feitos na disciplina “Estado e Sociedade Brasileira”, ministrada no Mestrado Acadêmico em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. O método de pesquisa incluiu leituras, fichamentos, resumos e discussões de textos sobre o tema. A pesquisa possui natureza qualitativa, buscando compreender a formação sócio-histórica brasileira e suas implicações contemporâneas, no desenvolvimento capitalista, nas crises estruturais e na implementação do projeto neoliberal por diferentes governos.

2 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL: CONTRADIÇÕES E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

Para o desenvolvimento deste tópico, dialogamos com o pensamento do intelectual Rui Mauro Marini, nos textos intitulados “A dialética da dependência” e “A Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil”, assinalando as principais características do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil discorrido pelo autor, compreendendo as contradições no processo de formação da sociedade brasileira, bem como as desigualdades que são estruturais no país.

As particularidades do capitalismo dependente latino-americano, pode nos levar a sua origem, para entendermos como chegou ao desfecho contemporâneo (Marini, 1991). A análise dessas particularidades à luz da teoria marxista, por meio das suas categorias, não pode e nem deve mudar ou camuflar os fenômenos, elas precisam ser analisadas da forma como se apresentam na realidade.

Com isso, Marini (1991) vai falar sobre a história da América Latina e como ela foi integrada ao mercado mundial. Durante a expansão comercial do século XVI, a América Latina desenvolveu-se conectada ao capital internacional, como colônia, ela produzia metais preciosos e mercadorias exóticas para a Europa, contribuindo dessa forma, para o crescimento do fluxo

de mercadorias e expansão das formas de pagamento, esses fatores possibilitaram o desenvolvimento do capital comercial e bancário europeu, sustentando a sua manufatura e criando novas indústrias. Conforme o autor, a Revolução Industrial significou para a América Latina a sua independência política, conquistada no início do século XIX, nesse período a Inglaterra passou a ser o centro comercial de alguns países, que exportaram bens primários na troca por manufaturas de consumo, de acordo com a necessidade demandada da Inglaterra.

Assim, iniciou-se a relação da América Latina com o capital internacional, inserido na estrutura formal por meio da divisão internacional do trabalho. Esta foi a origem da relação de dependência, as nações que teoricamente eram independentes passaram a ser subordinadas, às suas formas de produção foram modificadas para garantir a reprodução ampliada da sua dependência aos países de capitais centrais, usando a lógica de que dependência gera mais dependência.

Sobre o desenvolvimento da América Latina, Marini (1991) aponta para a fragilidade da teoria da dependência do intelectual Gunder Frank, quando ele afirma que o subdesenvolvimento terá um desenvolvimento. Para Marini a dependência não pode ser comparada com o período colonial, por mais que seja uma forma de continuidade, eles não se misturam. No que tange às relações internacionais da América Latina, e no seu papel no desenvolvimento da economia mundial, ela ganha ênfase a partir do ano de 1840 durante a expansão real do comércio exterior. A solidez da divisão internacional do trabalho se dá com o surgimento da grande indústria, isso explica a articulação da América Latina com a economia mundial.

Os países dependentes foram essenciais para o desenvolvimento da grande indústria moderna, sem eles, não seria possível garantir a especialização de parte dos trabalhadores nas atividades industriais específicas, a subsistência agrícola que lhes faltavam, era fornecida pelos países latino-americanos. Dessa forma, aprofundou-se a divisão internacional do trabalho, enquanto os países centrais se especializaram na industrialização e produção de manufaturas, os países dependentes forneciam as matérias primas e produtos agrícolas.

Conforme afirma Marini (1991), a América Latina contribuiu não apenas com o crescimento dos países centrais a nível quantitativos, soma-se a isso, a sua contribuição na forma de acumulação do capital, na produção de mais valia absoluta para a mais valia relativa, em termos qualitativos. O autor chama a atenção para a forma como a América Latina contribuiu para maior exploração da classe trabalhadora, enfatizando que esse é o caráter contraditório da dependência latino-americana.

Ao fornecer alimentos agrícolas demandados pela classe trabalhadora, a América Latina, contribuiu para a oferta mundial de alimentos, esse foi um fator determinante para que os países industrializados não produzissem, mais exportassem, essa oferta mundial causou uma queda dos valores dos produtos primários, como consequência, houve também a redução do valor da força de trabalho que é baseado nos bens-salário, essenciais para a reprodução e necessidades da classe trabalhadora, com isso as indústrias aumentaram a produtividade e a acumulação de capital por meio da mais valia. A América Latina contribuiu significativamente para o aumento da mais valia relativa nos países industrializados ao ser incorporada no mercado mundial de bens-salário.

Marini (1991) aponta para um problema que precisa de atenção, à oferta mundial dos produtos de alimentos e matérias primas crescem e os preços caem, o que não se observa nos produtos manufaturados, onde os valores continuam estáveis, o que afeta a relação de troca. O autor destaca que a lei da oferta e da procura não é suficiente para explicar por que mesmo diante da forma negativa de troca, a oferta dos produtos continua a crescer. Outro argumento utilizado é que o crescimento da oferta tem uma base econômica que a sustenta, com recursos extra econômicos. Para o autor, as duas justificativas estão apenas camuflando a essência do fenômeno, que é a exploração capitalista internacional.

O mercado mundial se expande na relação de trabalho entre os países industrializados e os não industrializados, por meio da divisão internacional do trabalho. Conforme as análises de Marini (1991), países industrializados podem vender seus produtos por um valor superior, quando outros países não produzem as mesmas mercadorias ou têm dificuldade para fazê-lo, tornando a troca desigual.

Para compensar a perda da mais valia produzida na América Latina, a saída foi balancear a produção interna, aumentando a produtividade. Essa estratégia de compensação levou a exploração cada vez mais intensa do trabalho, por meio técnicas de exploração da mais valia relativa e absoluta. Conforme Marini, a América Latina possui baixos níveis de desenvolvimento produtivo, por isso, o seu modo de produção se baseia cada vez mais na exploração do trabalhador, de maneira extensiva e intensiva, retirando do trabalhador o acesso aos bens de consumos necessários para sua sobrevivência, com salários abaixo da média necessária para isso, configurando-se uma superexploração do trabalho.

Marini (1991) aborda a relação entre a luta de classes e o imperialismo americano na história do país. Para o autor, a intervenção disfarçada dos Estados Unidos no Brasil durante o período da ditadura militar foi resultado de uma série de acontecimentos e interesses políticos e econômicos. A industrialização do país gerou uma nova classe política, o proletariado, que

passou a pressionar os antigos grupos dominantes e a buscar legislações sociais, como ocorreu no período do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas.

No entanto, o período de apoio mútuo entre a burguesia industrial e os exportadores de commodities foi temporário. As disputas pelos recursos econômicos provenientes do Estado levaram esses dois grupos a entrarem em conflito. Somado a isso, o avanço da legislação social e do sindicalismo gerou um medo generalizado entre as classes dominantes de uma possível tomada de poder ou a formação de uma república sindicalista, semelhante ao Peronismo na Argentina.

Posteriormente, ocorreu um forte investimento estrangeiro no Brasil durante o período de Juscelino Kubitschek, que trouxe consigo uma dependência crescente desses investimentos. Além disso, a concentração de terras no país se tornou um dos principais problemas a serem enfrentados, e a reforma agrária emergiu como uma importante bandeira de luta.

Nos anos 60, a ditadura militar no Brasil, representou um dos ciclos da autocracia burguesa, foram implementadas com o apoio dos Estados Unidos, que buscavam impor seus interesses na região. A liderança do agronegócio também apoiou o regime militar, visto que temiam a realização da reforma agrária. Para justificar o golpe, espalharam-se boatos sobre uma suposta revolução comunista iminente.

Uma das características marcantes da ditadura no país foi à repressão policial contra os movimentos de massa. Intervenções nos sindicatos, dissolução dos órgãos de comando popular, perseguição de líderes operários e camponeses, supressão de mandatos e direitos políticos, prisões e tortura foram algumas das estratégias utilizadas para conter as manifestações populares.

A burguesia, por sua vez, atuou como apoiadora da submissão do Brasil aos interesses de Washington. O aumento do investimento estrangeiro no país e a dependência econômica resultante fortaleceram essa relação de submissão. Para executar políticas antipopulares, foi necessário fortalecer a coalizão das classes dominantes, ratificando o compromisso estabelecido entre a burguesia e a oligarquia latifundiária-mercantil.

A repressão ao movimento reivindicativo das massas foi uma das principais características desse período. Intervenções nos sindicatos, dissolução de grupos políticos de esquerda, censura à imprensa e prisão de trabalhadores e camponeses foram alguns dos métodos utilizados para conter as mobilizações populares.

Essa política antipopular visava garantir que o Brasil se tornasse um mercado consumidor das mercadorias dos Estados Unidos, permitindo que esse país continuasse avançando em seu processo de obtenção de lucros. A ditadura militar brasileira representou, assim, uma aliança entre as classes dominantes brasileiras e o imperialismo estadunidense, em detrimento das aspirações e direitos das massas populares.

As principais características que podemos destacar no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, com as contribuições do intelectual Rui Mauro Marini, são: a dependência econômica em relação aos países centrais industrializados; a concentração de poder nas mãos da burguesia que explora a classe trabalhadora e a desigualdade estrutural. Concordamos com Marini (1991) quando afirma que para analisarmos a situação da América Latina na contemporaneidade é necessário inseri-la na totalidade, entendendo não apenas as particularidades do fenômeno, mas como ele se desenvolve de forma geral.

Sob essa ótica, compreendemos o desenvolvimento capitalista no Brasil e sua relação intrínseca com a burguesia subserviente, ainda nos moldes da formação da sociedade brasileira apontada por Florestan Fernandes. Dessa maneira, adentramos a um tema crucial no Brasil e no mundo, nos referimos à crise estrutural e o capitalismo contemporâneo, bem como, os governos que sucederam as raízes burguesas. Por sua dependência econômica, o Brasil carrega características específicas devido às particularidades do processo de formação sócio histórica do país e a forma de condução governamental.

3 GESTORES GOVERNAMENTAIS FRENTE ÀS DEMANDAS DO CAPITAL

O mundo vive uma crise estrutural que teve início no final da década de 1960. Conforme Carcanholo (2018, p.24-25) “ela representou uma superprodução de capital e a redução da taxa de lucro, que nada mais é do que a consequência do valor-capital ter sido produzido em excesso”, o que levou a redução do crescimento da economia mundial. O capitalismo contemporâneo se constituiu a partir desta crise, como resposta a ela. Essa foi a base para adoção dos ideários neoliberais, que passariam a ser implementados pouco tempo depois.

O neoliberalismo é um projeto político, econômico e cultural que contém estratégias para o desenvolvimento do sistema capitalista, implementado em diversos países desde o final da década de 1970. A pioneira na implementação deste projeto foi Margaret Thatcher na Inglaterra. No Brasil, o projeto neoliberal teve início nos governos de Fernando Collor de Melo

e José Sarney (1985-1990), aprofundado no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que buscou seguir as orientações contidas no Consenso de Washington, um receituário de cunho político, econômico e ideológico. A falácia para justificar a adesão às medidas neoliberais foi embasada na modernização do estado e sua inserção na economia mundial. (Macário et al., 2016)

Para tanto, o receituário neoliberal baseado no Consenso de Washington, continha diretrizes em 10 diferentes áreas: “1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual” (Batista, 1994, p. 18). O propósito era reduzir a participação do estado nas atividades econômicas e abrir espaços jurídicos e institucionais para capitais internacionais.

O neoliberalismo teve vitória do seu sentido ideológico e cultural, aderido por “intelectuais, governantes e funcionários do governo dos países emergentes da América Latina” (MACÁRIO et al., 2016, p. 133). No Brasil, essas estratégias de desenvolvimento trouxeram implicações econômicas e sociais, dificultando a implementação das políticas sociais conquistadas pelos movimentos sociais na Constituição Federal de 1988. O receituário neoliberal que deveria ser a saída da crise, aprofundou ainda mais as desigualdades sociais e a precarização da vida dos (as) trabalhadores (as), que sofreram com o retrocesso dos direitos sociais, com o desemprego, a violência e a pobreza.

Foi nesse contexto que Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a Presidência da República em janeiro de 2003, diante do esgotamento das estratégias neoliberais ortodoxas implementadas até então. As propostas apresentadas pelo presidente Lula durante sua campanha eleitoral, situava-se na saída do modelo neoliberal ortodoxo para o que ficou conhecido como o neodesenvolvimentismo, que buscava o crescimento econômico do país, com menos desigualdades, numa conciliação de classes, sem tratar necessariamente das questões estruturais que afligiam/afligem a população. Com isso, “o novo desenvolvimentismo opta, portanto, pela continuidade do que está posto, embora reafirme a preocupação com os problemas sociais que devem ser enfrentados sem recurso a qualquer transformação estrutural” (MACÁRIO et al., 2016, p. 141), adotando políticas focalizadas e compensatórias.

O cenário global foi favorável para o crescimento da economia nos dois mandatos do governo Lula, que conseguiu segurar as graves consequências da crise do capitalismo, que estourou nos Estados Unidos em 2007/2008, por meio de estratégias de contenção da crise, produzindo oferta e demanda no comércio. Tais medidas logo encontraram seu esgotamento, diante do endividamento dos consumidores.

Dilma Rousseff (2011-2013) foi eleita presidenta com apoio do ex-presidente Lula, assumindo o primeiro mandato em janeiro de 2011. As estratégias governamentais adotadas por ela baseavam-se na mesma linha neodesenvolvimentista, para elaboração e desenvolvimento de políticas econômicas, sociais e culturais no país. Porém, o contexto econômico era diferente, a conciliação de classes feita até então, passa a se esgotar diante da crise do capitalismo mundial, e ela foi pressionada pela burguesia empresarial para atender as necessidades do capital, além disso, sofreu pressão dos movimentos sociais, mais expressivamente nas jornadas de junho de 2013 nas manifestações e protestos.

As estratégias neoliberais colocadas em prática durante o governo de Dilma Rousseff, não foram suficientes para atender as necessidades do capital diante da crise. Desta forma, o capital representado pela burguesia empresarial, orquestrou o que ficou conhecido como golpe, no qual, a então presidenta Dilma Rousseff sofreu impeachment em agosto de 2016, sendo responsabilizada por pedaladas fiscais.

O vice-presidente Michel Temer do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) assumiu como presidente interino, orquestrando com maestria os interesses do capital, adotando medidas neoliberais ortodoxas, dentre elas podemos destacar a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 que restringiu os gastos públicos por vinte anos, atingindo gravemente os setores da saúde, previdência e assistência (SOUZA & HOFF, 2019).

Essa foi a base para o governo subsequente de Jair Messias Bolsonaro (inicialmente do Partido Social Liberal), que assumiu a presidência da república em janeiro de 2019, governo marcado pelo conservadorismo e adoção de medidas extremas do neoliberais que visava o completo desmonte social do que havia sido construído até então, em prol de estratégias de contenção da crise do sistema capitalista, atingindo especialmente a população em situação de extrema vulnerabilidade, usuárias das políticas sociais.

O contexto de eleição presidencial no ano de 2018 dividiu a sociedade entre petistas e bolsonaristas, além das pessoas nulas em relação ao partido político. O ex-presidente Lula foi impedido de concorrer a eleição, ficando a disputa entre Fernando Haddad (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PSL). Nesse contexto houve a prisão arbitrária de Lula, vista por alguns pesquisadores como prisão política, com o objetivo de impedir que ele pudesse concorrer à presidência. Houve manifestações contrárias à prisão do ex-presidente, o tema que carregavam nas campanhas foi denominado “Lula Livre”, recebendo apoio de parte da população, em especial, foi aderido por muitos artistas brasileiros (Rubim, 2021).

O fruto da rivalidade entre os eleitores “petistas” e “não petistas”, sob o bordão “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, levou a vitória da eleição presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), com mais de 50% dos votos. O então presidente Bolsonaro esteve a frente da gestão governamental colocando em prática medidas neoliberais extremas, com graves consequências econômicas, políticas, sociais e culturais, agravadas pela crise sanitária que assolou o mundo, mas que no Brasil, devido a forma como foi conduzida, matou mais de 690 mil pessoas até dezembro de 2021.

No referido contexto, houve o julgamento do ex-presidente Lula, o mesmo foi inocentado. Com isso, nas eleições ocorridas no ano de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores/PT) volta a concorrer à presidência, indo para o segundo turno das eleições com o então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal/PL). Conforme dados publicados pelo TSE, Bolsonaro (PL) recebeu 49,10% dos votos, enquanto Lula (PT) recebeu 50,90% dos votos ganhando as eleições para Presidente da República, com início de seu mandato em janeiro de 2022, os números de votos registrados expressam de forma saliente o cenário de disputas e conflitos sociais existentes.

A crise estrutural que assola o mundo tem características específicas no Brasil. Um país de economia periférica e dependente dos países centrais, que possui uma burguesia subserviente e faz de tudo para manter seu status de poder e dominação. A classe burguesa, que ocupa em sua maioria cargos do governo, une-se, assim como aquela classe burguesia apontada por Florestan Fernandes, que mesmo tendo divergência entre si, entram em acordo para manter o lugar de poder na sociedade, adotando medidas que prejudicam principalmente a população em situação de vulnerabilidade.

Como vimos os governantes do Brasil, de diferentes partidos políticos, tendem a adotar medidas que favorecem o capital, com estratégias de aumento do lucro, explorando a classe trabalhadora de diferentes maneiras. A classe burguesa do país tem um punho forte no comando interno para estabelecer regras que assegurem o lucro do capital internacional, sua dedicação e subserviência, tem como objetivo manter seu lugar de poder, sem considerar as consequências das decisões para a população brasileira.

4 CONCLUSÃO

O artigo analisa o papel da burguesia brasileira desde a Independência, destacando sua ascensão no "alto comércio" após a quebra do Estatuto Colonial. A burguesia, em busca de poder e domínio econômico, aliou-se a classes tradicionais e ascendentes. A relação de dependência com o capital internacional começou na divisão internacional do trabalho, explorando a classe trabalhadora para acumulação de capital. As classes dominantes apoiaram os regimes autoritários para manter seus interesses, adotando o neoliberalismo para atrair investimentos estrangeiros.

Lideranças políticas como Lula e Dilma tentaram conciliar as classes, mas enfrentaram desafios devido à crise estrutural e à pressão da burguesia. As medidas adotadas no governo Bolsonaro intensificaram o neoliberalismo no Brasil, apesar da crise sanitária mundial. Luiz Inácio Lula da Silva retornou à presidência do Brasil enfrentando desafios na retomada econômica e buscando novas formas de conciliação de classe.

Sem pretensões de concluir o assunto, compreendemos como as questões contemporâneas no desenvolvimento capitalista, as crises estruturais e o neoliberalismo, tem traços marcantes da formação da sociedade brasileira, com uma burguesia que tende a tomar decisões que a mantém no poder, mesmo que em detrimento da classe trabalhadora. É importante enfatizar que a história da formação da sociedade brasileira também é uma história de luta dos movimentos sociais e políticos, nas conquistas de direitos, ela não se resume apenas a burguesia e suas decisões, fizemos aqui apenas um recorte da história completa.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) Pós Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea (REC)**. Rio de Janeiro, V. 21, N. 2, p. 36-63. ago. 2017.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. In: BATISTA, P.N. (et al.). Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CARCANHOLO, M. D. **A crise do capitalismo dependente brasileiro**. In: CARCANHOLO, M. D. Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público. – Fortaleza: EdUECE ; Bauru: Canal 6, 2018. p. 23-55.

CARCANHOLO, M. D. **Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, v. 1, n. 3, p. 73-84, 2011.

CARCANHOLO, M. D; MEDEIROS, J. L. **Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho**. Revista Outubro, n. 20, p. 171-197, 2012.

CARCANHOLO, M. **Crise capitalista: financeirização ou queda da taxa de lucro**. Versión disponibilizada por el autor, 2021.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica** / Florestan Fernandes ; Prefácio de José de Souza Martins. - 5. ed. - São Paulo: Globo, 2006.

MINAYO, M. C. de S.(Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MACÁRIO, E.; DIAS, E.; MEDEIROS, R. B.; ALEXANDRE, T. (Orgs.). **Dimensões da**

crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: Ed. UECE; Projeto Editorial PRAXIS, 2019. MACÁRIO, E.; VALE, E.S.; RODRIGUES JR, N. S. (Orgs.).

Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

MARINI, R. M. **“Problemas e perspectivas do desenvolvimento brasileiro”**, Editorial Vesper, S. Paulo, dez/1971.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. México, edições de época, 11ª reimpressão, 1991, pp. 9-77.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

RUBIM, A. A. C. **Balanço Político-Cultural do governo Bolsona**. In: RUBIM, A. A. C; TAVARES, M. (Org.). *Cultura e Política no Brasil Atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, p.37-55.

SOUZA, M. B; HOFF, T. S. R. **Governo Temer e a Volta do Neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular**. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180023.

